



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**APELAÇÃO CRIME Nº 506104-44.2018.805.0150.**  
**ORIGEM: LAURO DE FREITAS-BA. (2ª Vara Criminal).**  
**APELANTE: JOSÉ ANTÔNIO BATISTA DOS SANTOS FILHO.**  
**DEFENSORA PÚBLICA: BELA. DIANA FURTADO CALDAS.**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA: BEL. RAFAEL CARVALHO ANDRADE.**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: BEL. AIRTON OLIVEIRA SOUZA.**  
**RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.**

---

APELAÇÃO CRIME. DELITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 213, *CAPUT*, C/C O ARTIGO 157, DO CÓDIGO PENAL. **CONDENAÇÃO NO JUÍZO PRIMEVO: 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS MULTA EM REGIME FECHADO** (Sentença de folhas 314/323, Bel. Wilson Gomes de Souza Junior, em 04.02.2019). **RECURSO DEFENSIVO (folha 335 e 351/360): ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. CONJECTURAS PERIFÉRICAS DEFENSIVAS QUE NÃO ATINGEM O EPICENTRO DO EVENTO CRIMINOSO. PROBATÓRIO ROBUSTO. NARRATIVA FÁTICA CONSENTÂNEA A APONTAR O APELANTE COMO AUTOR DA PRÁTICA ABUSIVA (SEXUAL) NA VÍTIMA, ALÉM DE ROUBAR-LHE A QUANTIA DE R\$ 100,00 (CEM) REAIS. TESTEMUNHAS. APRECIÇÃO LIVRE E FUNDAMENTADA DAS PROVAS A ENSEJAR A CERTEZA DA AUTORIA DELITIVA. PENA ADEQUADA E SUFICIENTE. ANÁLISE FUNDAMENTADA DE CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL AO SUPPLICANTE. CONFISSÃO QUALIFICADA, INSERVÍVEL PARA OS PROPÓSITOS PREVISTOS NO ARTIGO 65, III, DO PERGAMINHO PENAL. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO (FOLHAS 09/19, BEL. AIRTON OLIVEIRA SOUZA, EM 28.06.2019). **RECURSO CONHECIDO E JULGADO IMPROVIDO.****

**ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Apelação Crime nº 506104-44.2018.805.0150, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Lauro de Freitas-BA, tendo como apelante José Antônio Batista dos Santos Filho e apelado o Ministério Público Estadual.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

Acordam, à **unanimidade de votos**, os Desembargadores integrantes da 2ª Turma Julgadora da **Segunda Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em conhecer o presente recurso e julgá-lo **improvido**, pelos argumentos a seguir expostos:

Trata-se de **Apelação Criminal** interposta contra sentença que condenou **José Antônio Batista dos Santos Filho** da imputação indicada na exordial de folhas **02/04** que o acusou (**prática**) dos crimes previstos nos artigos **213 e 157, caput, do Código Penal**, narrando a preambular acusatória que o **recorrente** em **13/10/2016, por volta das 21:00 horas, na Praia de Ipitanga, Lauro de Freitas-BA, o acusado constrangeu a Sra. Camila Santana dos Santos a fazer sexo oral, vaginal e anal com o mesmo, após agredi-la fisicamente com socos e pontapés, bem como ameaçá-la com uma arma branca, roubando-lhe ainda a quantia de R\$ 100,00 (cem) reais**, advindo o Decreto sancionador, após regular instrutório criminal, de **12 (doze) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa em regime fechado** (Sentença de folhas **314/323**, Bel. Wilson Gomes de Souza Junior, em **04.02. 2019**).

Irresignado interpôs o sentenciado **Recurso de Apelação** (335 e razões às folhas **351/360**) pretendendo sua **absolvição** por ausência de provas da autoria delitiva e/ou diminuição da pena-base (exclusão de circunstância judicial analisada e considerada desfavorável), inclusive, reconhecendo-se para tal fim, a incidência da atenuante da confissão (**artigo 65, III, d, do CP**).

As **Contrarrazões** apresentadas pelo **Promotor de Justiça** (fls. **421/434**) pugnaram pelo total **improvemento do feito**.

O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às folhas **163/167 (Parecer – folhas 09/19 – Dr. Aírton Oliveira Souza, em 28.06.2019)** foi pelo **integral improvemento do recurso**.

Retornando os autos em **09.07.2019** (doc. folha 19 **v**), após análise e em condições de proferir julgamento determinei a remessa dos presentes á censura do (a) eminente **Desembargador (a) Revisor (a)** que pediu dia.

**Relatório do essencial, passo a decidir:**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

Como visto, trata-se de **Apelação Criminal** interposta contra Sentença que condenou **José Antônio Batista dos Santos Filho** da imputação indicada na exordial de folhas **02/04** que o acusou (**prática**) dos crimes previstos nos artigos **213 e 157, caput, do Código Penal**, narrando a preambular acusatória que o **recorrente** em **13/10/2016, por volta das 21:00 horas, na Praia de Ipitanga, Lauro de Freitas-BA, o acusado constrangeu a Sra. Camila Santana dos Santos a fazer sexo oral, vaginal e anal com o mesmo, após agredi-la fisicamente com socos e pontapés, bem como ameaçá-la com uma arma branca, roubando-lhe ainda a quantia de R\$ 100,00 (cem) reais**, advindo o Decreto sancionador, após regular instrutório criminal, de **12 (doze) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa em regime fechado** (Sentença de folhas **314/323**, Bel. Wilson Gomes de Souza Junior, em **04.02. 2019**).

**Mérito:**

A análise que redundou no convencimento traduzido nas páginas da **decisão a quo** de folhas **314/323** não merece **reproche aqui (tese da absolvição)**, porque *data maxima venia, entende esta relatoria que o* ilustre sentenciante enfrentou com profundidade o arcabouço probatório contido nos autos, e, por isso, julgou com acerto, principalmente, em considerando casos desse jaez, que **quase sempre são perpetrados na calada da noite, de forma clandestina e sorrateira, buscando seus autores a certeza da privacidade e objetivando a impunidade.**

Assim decidiu o TJSC:

**“Em tema de crimes contra os costumes, que geralmente ocorrem às escondidas, as declarações da vítima constituem prova de grande importância, bastando, por si só, para alicerçar o Decreto Condenatório, mormente se tais declarações mostram-se plausíveis, coerentes e equilibradas, e com o apoio em indícios e circunstâncias recolhidas no processo”.**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

Pois bem, revelam os autos, que o apelante manteve relações sexuais (sexo oral, anal e vaginal) com a **vítima Camila Santana dos Santos**, fato não contestado pelo recorrente, aduzindo este, em seu interrogatório, tão somente, que os atos sexuais foram consentidos pela vítima. Não é o que parece!

Ao compulsar dos Autos verifica-se que o caminho probatório é outro do quanto sugerido pela Defesa, primeiro vamos atentar para o que foi dito pela vítima em **duas sedes**, a primeira Administrativa (IP), a segunda, já com o pleno exercício do Contraditório e franqueamento da mais Ampla Defesa (judicial), resumida assim pelo Douto Julgador primevo em Sentença, dêz que ouvida em meio audiovisual (folha 07, autos físicos) vejamos, respectivamente:

"...Que era amiga pessoal de Maionara e recebeu um zap da mesma convidando a declarante para participar de uma festa que ocorreria em Vilas do Atlântico; Que momentos antes de ser pega de carro pela referida Maionara recebeu novo zap dizendo que um amigo iria pegar a declarante em um automóvel particular; Que não desconfiou de nada e embarcou no veículo sendo conduzida até próximo de Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas, onde o motorista desviou-se sob o argumento de que iria pegar mais um casal que também iria pra festa; **Após aproxima-se de uma praia erma a declarante começou a desconfiar e disse que iria abandonar o veículo**, momento em que o motorista, que posteriormente reconheceu nesta Delegacia como que sendo **José Batista dos Santos filho**, RG 1016180772, lhe ameaçou com **uma faca dizendo que era um assalto e de imediato**, amarrou as mãos da vítima; Que instantes depois estacionou o veículo e antes de descer exigiu que a declarante **lhe fizesse sexo oral**; Que após o abuso sexual, desceu do veículo onde desamarrou a declarante e **levou muito tempo abusando sexualmente da mesma**; Que foi **estuprada de formas convencional e também forçada a fazer sexo anal e oral**; que parte dos abusos como por exemplo **o sexo oral foi filmado pelo estuprador**; Que foi **obrigada a engolir o esperma do**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

**agressor; Que após todo o tormento o estuprador atirou duas vezes na vítima atingindo-lhe na cabeça e após isto fingiu-se de morta; Que o então fez uma cova e começou a enterrar a declarante que nesta hora viu-se obrigada a lutar com o mesmo para não ser enterrada viva; Que após muitas súplicas o estuprador mudou de ideia e resolveu poupar sua vida; Que foi orientada a apagar o facebook, o zap e ir embora de Salvador e em hipótese alguma procurar Maionara; Que só teve coragem de revelar os abusos sofridos a seu pai após quatro dias e por conta disto perdeu a oportunidade de receber o coctail retroviral que impediria a declarante de adquirir AIDS; Que ainda assim tomou diversos outros remédios e que teve a sua vida esfacelada pelo estupro e tentativa de homicídio que sofreu; Que largou seu trabalho e que faz acompanhamento psicológico pois desenvolveu síndrome de pânico, vive com medo e tem dificuldades para dormir; Que viu a prisão maníaco pela televisão; Que foi largada na avenida São Martin em Salvador; Que ficou dois dias no HGE após o crime sofrido; Que inicialmente falou pra sua família apenas do roubo e não falou do estupro porque encontrava-se ainda com medo e sob a influência do estuprador; Que largou o emprego cumprindo determinação do bandido e que posteriormente com os problemas de saúde que teve não pode voltar. Que apresenta nesta oportunidade cópia das receitas e exames a que foi submetida" (sic).**

“A vítima em juízo, depoimento gravado em meio audiovisual, disponível nos autos à fl. 295, novamente relatou em síntese que foi convidada para uma festa por sua amiga Maionara e que a mesma lhe enviou um suposto motorista do Uber lhe pegar no seu trabalho à noite. Informou que entrou no veículo do suposto motorista do Uber, que conversava normalmente, e seguiu até Lauro de Freitas. Disse que o motorista informou que precisaria pegar um casal em Vilas do Atlântico e no caminho entrou em uma rua deserta. Ao indagar o motorista, o mesmo



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

travou o carro, acelerou e logo em seguida parou o veículo, mostrou uma faca e a obrigou a fazer sexo oral. Em seguida, tirou sua roupa e fez sexo "de todas as formas" e "anal até sangrar", sendo violento durante o estupro. Relatou ainda a vítima que o estuprador foi até o porta-malas do veículo, pegou uma arma e efetuou três disparos. Disse que caiu no chão e se fingiu de morta, mas o estuprador voltou, lhe arrastou para um buraco e bateu uma pá no seu rosto, momento em que pediu para não morrer. Declarou que o estuprador a deixou viver e ainda lhe levou para perto de sua casa e no trajeto lhe ameaçou assim como a sua família. Afirmou que foi deixada na Avenida San Martin onde pegou um táxi e foi para casa, onde ligou para seu namorado Pedro, que a levou para o HGE. Relatou que não disse no primeiro momento que tinha sido estuprada e sim roubada porque não tinha coragem e somente contou para seus familiares muito tempo depois. Disse a vítima que ficou traumatizada, com depressão, e chegou a tirar passaporte para sair do país e só teve coragem de ir para a delegacia quando viu na televisão a prisão do réu por fato semelhante. A vítima, em audiência, após ser mostrada a foto do réu constante dos autos às fls. 84, o reconheceu como sendo o autor do estupro que sofreu. Importante ressaltar que as duas declarações da vítima na fase do inquérito e em juízo, conforme acima, guardam consonância com outras provas trazidas aos autos. Segunda a vítima, após retornar para casa ferida, pediu ao seu namorado à época, Pedro Lima dos Santos Virgens, que a levasse ao hospital pois estava machucada.

A testemunha Pedro Lima dos Santos Virgens, então namorado da vítima, quando ouvido em juízo foi afirmativo do evento criminoso, noticiando que realmente Camila ligou para o mesmo e solicitou socorro, então, foi até sua residência encontrando-a toda "deformada", em seguida, foram (vítima e Pedro) até o **Hospital Geral** onde a mesma restou hospitalizada para tratamento. Disse ainda, a testemunha, que viu na televisão a prisão de um indivíduo com igual *modus operandi* do evento que vitimou sua



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

namorada, ligando para a mesma, momento em que Camila confirmou ser o mesmo indivíduo.

Tal relato da vítima e testemunha se concretiza e harmoniza com as fotografias de folhas **17/18**, em que resta registrada a face de **Camila** bastante **inchada (deformada) com hematomas**, mas não é somente isso para reforçar a **materialidade delitiva**, faz-se presente uma **série de solicitações de exames médicos**, além de **prescrições médicas**, todo constante às folhas **18/41**. Também, ofício oriundo do **Hospital Geral do Estado** asseverando que a **vítima deu entrada naquela unidade hospitalar em 14.10.2016** (Prontuário nº 041769, admitida às 01h10min), momentos depois do evento criminoso, bastante é compulsar a **Ficha de Emergência** de folha **279** ("**presença de escoriações em face à direita. Presença de hematoma e escoriações em couro cabeludo à esquerda**"), em que o médico constatou **politraumatismo**, solicitando **TC de Crânio, rx de tórax, cotovelo esquerdo, face e cervical** (Documentos de folhas **280/287**).

Por sua vez, fácil é entender pelo quanto afirmado em Laudo Pericial **inconclusivo** de folhas **103/104** ("afirmar ou negar que não ocorrera na data alegada, em face ao **tempo transcorrido** entre a referida agressão e a realização"), haja vista que o **crime de estupro** ocorrera em **13.10.2016** e somente em **28 de novembro de 2016 a vítima se submeteu a dita perícia**.

Acrescenta-se a tudo isso os testemunhos das autoridades policiais que efetuaram a **prisão do apelante**, a **Delegada de Polícia Maria Danielle Sousa Monteiro** e agente/investigador **Frank Silva Santos** (ouvidos em meio audiovisual), todos uníssonos em apontar o suplicante como autor do presente evento em apuração, **destacando-se ainda a douta Delegada** "que a vítima, após a prisão do acusado por tentativa de fato semelhante, procurou a **delegacia em companhia do pai e do namorado** e relatou ter **sido estuprada e espancada pelo réu**. Afirmou a testemunha que a vítima disse na época que não procurou a delegacia de imediato por medo já que tinha sido ameaçada. A autoridade policial informou ainda que investigações apuraram **que o acusado de posse do telefone de uma mulher chamada Maionara, fazia se passar por ela, marcava encontros com as amigas de Maionara e estuprava as mulheres**. **Informou que o acusado foi indiciado por estupro de pelo menos duas mulheres chamadas Charize e Camila e tentativa de estupro de Daiane**. A testemunha destacou que após a **exibição do acusado na televisão, outras**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

**mulheres ligaram para a delegacia e relataram terem sido estupradas pelo acusado, mas não compareceram a unidade policial.**

Ora, compactuar com as argumentações, ou melhor, indagações defensivas de como o recorrente teria em mãos o celular da amiga da vítima Maionara); que a suposta vítima era *garota de programa* e que o ato sexual foi consentido, seria desviar, ao meu sentir, *permissa venia*, de uma rota probatória alicerçada em provas serenas da existência do estupro e do roubo, porque mesmo que a dita vítima fosse *garota de programa* e conhecesse o recorrente, tal condição não lhe proibiria de dispor do seu corpo, sendo remansosa a jurisprudência acerca de tal temática.

Ainda, conforme folhas **42/53**, verifica-se o *modus operandi* do **recorrente** quando, via zap e no celular (roubado de Maionara – 81/85), tentou passar-se pela amiga da vítima, persuadindo aquela e combinando o encontro que redundou no estupro, agressões e roubo, aqui em análise.

Ratifica-se ainda, que, o apelante, ao que tudo indica, era contumaz em tal prática, sendo ainda denunciado por **dois outros estupros** (um tentado – “Ressalte-se que esse mesmo *modus operandi* foi colocado em prática pelo acusado com outras amigas de Maionara, sendo certo que também estuprou **Raiana Santos de Jesus e Charise Aparecida Jesus de Lima**, conforme se infere dos processos **0583902-14.2016.805.0001 e 0505066-65.2016.805.0150** respectivamente - fls. 125/126” – folhas 430/431), sempre utilizando o mesmo *modus operandi*, conforme noticiou o douto Promotor de Justiça, quando do oferecimento das **contrarrazões recursais** às folhas **421/434**, senão vejamos:

**“Pontue-se que o presente delito foi minuciosamente preparado pelo acusado, tendo início com o roubo que o mesmo praticou contra Maionara Araújo Barreto, momento em que subtraiu seu aparelho de telefone celular, a partir de quando começou a conversar com amigas de Maionara, inclusive Camila (vítima no presente processo), através do aplicativo para telefone celular denominado “Whatsapp”. Quanto ao roubo contra Maionara, consta dos autos a oitiva da mesma na Delegacia às fls 81/83, tendo ela reconhecido o réu às fls. 84/85, sendo certo que em relação a este fato o réu já foi condenado**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

**por este Juízo”.**

No tocante á utilização ou não da arma de fogo para ameaçar a vítima, tal análise foi aferida no juízo primevo, afastando o *a quo* da qualificação de tal crime, justificando que tal instrumento ameaçador não registrou comprovação, todavia, tal conclusão em nada descaracterizou o crime de estupro, porque, reafirma-se, consumado, restando a vítima agredida (uso de violência e ameaça), considerando o julgador o seguinte:

**“Em que pese não ter sido comprovado que o acusado utilizou-se de arma de fogo ou que realmente tenha efetuado disparos, não restou dúvida quanto ao constrangimento e às agressões sofridas para o alcance da consumação dos delitos de estupro e roubo. Ou, pergunto à defesa, não seria uma grave ameaça para uma mulher, durante a noite, em local ermo, ser espancada brutalmente por um homem? O argumento de que a vítima seria prostituta, fato não comprovado, não elide o reconhecimento dos graves fatos imputados ao acusado (estupro e roubo). A estratégia do réu de se defender atribuindo à vítima atividade por ela não comprovadamente exercida uma vez mais a agride e a humilha. Contudo, não encontrará respaldo nesta decisão” (folha 320).**

Aproveito para trazer farta jurisprudência acerca da temática (contida no comando sentencial):

**"Os delitos de natureza sexual são, rotineiramente, praticados na clandestinidade, cercado o agente ativo de todas as cautelas e cuidados, presentes, tão-somente, os personagens participantes da cena chocante. Bem por isso que, na palavra da ofendida, de fundamental importância para a elucidação da ocorrência, é que se haverá de encontrar socorro para a evidenciação da verdade, ou não, da imputação. Se não desmentida, se não se revela ostensivamente**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

mentirosa ou contrariada, o que cumpre é aceitá-la, sem dúvida. Pois, na verdade, não se compreende ponha-se a vítima a, inescrupulosamente, incriminar alguém, atribuindo-lhe falsa autoria, sem que razões se vislumbrem para tanto" (RT 718/389).

"É irrelevante à existência do estupro o estado ou qualidade da vítima: solteira, casada, virgem ou não, honesta ou devassa, ou prostituta, porque, em qualquer caso, tem a mulher direito à tutela da lei, visto que a proteção se dirige ao direito de livre disposição do próprio corpo" (TJDF).

"Mesmo que se admita a presunção juris tantum de violência no estupro ficto, deve-se concluir que o crime subsiste ainda com o consentimento da menor, que não tem maturidade em termos de consciência crítica" (RT 646/364) - Recurso não provido. (TJMG - Apelação Criminal 1.0123.02.002045-9/001, Relator(a): Des.(a) Beatriz Pinheiro Caires, 2ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 07/02/2008, publicação da súmula em 07/05/2008).

A manifestação da douta *Procuradoria* também converge com meu entendimento e raciocínio, *ex vi*:

“Tanto autoria como materialidade delitivas restaram devidamente comprovadas nos autos, não deixando margem de dúvidas acerca da ocorrência do estupro e do roubo. A palavra da vítima sustentou-se consistente durante todo o processo, ou seja, as narrativas, tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, permaneceram íntegras, firmes e coerentes, sem contradições que pudessem macular o valor probatório. Repise-se, favorável é o correlacionamento das provas colhidas nos autos em perfeita harmonia com as palavras da vítima, que sofreu crime de roubo e estupro. Ademais, não há no bojo dos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

autos nada que relacione a vítima como sendo uma prostituta e ainda que fosse desimportante seria, pois condição de prostituta não lhe retiraria o direito de dispor do próprio corpo. A malha probatória é suficiente para comprovar os delitos de estupro e roubo cometidos pelo recorrente” (folha 15/16).

Assim, certa foi a condenação no juízo de primeiro grau, não se podendo falar em absolvição do recorrente, dès que a livre apreciação das provas foi justa e adequada.

Acerca da livre apreciação de provas, sabiamente disse o Professor Paulo Rangel:

“O Sistema da livre convicção não estabelece valor entre as provas, pois nenhuma prova tem mais valor do que a outra nem é estabelecida uma hierarquia entre elas. Todas as provas são relativas; nenhuma delas terá valor decisivo, ou necessariamente maior prestígio que outra (cf. Exposição de Motivos, item VII do Código de Processo Penal)”.(Direito Processual Penal, pág. 465).

O Mestre Frederico Marques comenta o que significa o sistema do livre convencimento:

“Em primeiro lugar, o livre convencimento não significa liberdade de apreciação das provas em termos tais que atinja as fronteiras do mais puro arbítrio. Esse princípio libertou o juiz, ao ter de examinar a prova, de critérios apriorísticos contidos na lei, em que o juízo e a lógica do legislador se impunham sobre a opinião que em concreto podia o magistrado colher; não o afastou, porém, do dever de decidir segundo as ditames do bom senso, da lógica e da experiência. O livre convencimento que hoje se adota no direito processual não se



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

confunde com o julgamento por convicção íntima, uma vez que o livre convencimento lógico e motiva é o único aceito pelo moderno processo penal”.(Vol. II, Bookseller, 1997, pág. 278).

Ora, toda esta segura narrativa aponta indelevelmente para a incriminação do apelante, não se podendo aqui desviar a rota da lógica argumentativa para um pouso desgobernado da absolvição, ao argumento acomodado de falta de provas ou por ausência de testemunhas presenciais, quando sabido e repetido pela jurisprudência e doutrina que tais crimes são rotineiramente consumados às escondidas.

**Dosimetria:**

No tocante ao argumento da Defesa de que o magistrado sentenciante equivocou-se em alçar o castigo base pouco acima do mínimo, entende esse julgador que agiu o *a quo* com acerto ao justificar tal acréscimo em razão do *modus operandi* do recorrente (“Circunstâncias: praticado logo após a realização de estupro em desfavor da vítima”), sem qualquer censura.

Também assim pensa a **Procuradoria**:

**“O juízo sentenciante fundamentou precisamente o procedimento dosimétrico no delito de roubo. A não Aplicação da pena-base na sua forma mínima deu-se em razão do modus operandi do delito. Assim, exasperou-se a pena em 06 meses de reclusão devido a valoração negativa das circunstâncias do crime (artigo 59, do CP)”.**

Outrossim, no tocante à pena-base para o **crime de estupro**, cediço é vislumbrar que o julgador solitário indicou duas circunstâncias judiciais **desfavoráveis** (“Circunstâncias e Consequências do crime - f) Circunstâncias: praticado mediante meio fraudulento, atraindo a vítima fazendo-se passar por uma amiga. g) Consequências: são graves, considerando que a vítima e testemunha relataram que após o fato aquela necessitou de tratamento e sofre de depressão, deixou o emprego e



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segunda Câmara Criminal – Segunda Turma  
5ª Av. do CAB, nº 560 - Centro - CEP: 41745971 - Salvador/BA

tem medo de sair de casa”).), naturalmente, conclusivo é que assim, o castigo fosse pouco acima do mínimo. Sem qualquer censura!

Disse o *Parquet*:

“Em relação ao crime de estupro, o magistrado valorou negativamente ao menos duas circunstâncias do crime. A presença de tal fundamentação idônea é legítima para manter a pena aplicada naqueles moldes da primeira fase de dosimetria da pena”.

Por derradeiro, no tocante ao pedido de que fosse reconhecida a atenuante da confissão, fácil é reprochar tal solicitação, dê que apesar do recorrente afirmar a existência das relações sexuais, ele se defendeu (ato de defesa) aduzindo que crime algum existiu porque tais práticas sexuais, no seu dizer, foram consentidas pela vítima.

Isso posto, acolho integralmente os pronunciamentos ministeriais de folhas 421/434 (Promotor Rafael Carvalho Andrade) e 09/19, Bel. Airton Oliveira Souza (Procuradoria de Justiça), para decidir pelo conhecimento e total improvemento do Recurso interposto, mantendo-se íntegra a decisão solitária de folhas 314/323. É como penso e decido.

Sala das Sessões,

Presidente.

Mario Alberto Simões Hirs.  
R e l a t o r

P r o c u r a d o r (a) d e J u s t i ç a.